

Um estudo do “Especial Amazônia” da RBPI sob o espectro da Matriz securitização da Amazônia

Ana Helena Alves Palermo Cavalcante¹

Resumo

O artigo pretende, primeiramente, demonstrar como o discurso da internacionalização da Amazônia foi apresentado em determinados momentos, para então se focar na polêmica gerada no período inicial do regime militar brasileiro (1964 – 1985). Para tal será utilizada como fonte a Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) de 1968, que foi uma edição especialmente voltada para o caso da Amazônia e aborda sob diversos ângulos projetos sugeridos para região na época. O projeto a ser focado é o dos “Grandes Lagos”, que sugeria a formação de uma rede hidroviária na região para facilitar o comércio intra e extrarregional. A partir da análise dos posicionamentos e discussões retratados nos artigos desta edição da RBPI, pretende-se gerar uma reflexão sobre a questão da internacionalização da Amazônia no momento retratado pela Revista.

Palavras Chave

Amazônia – internacionalização – ditadura militar – Brasil

Abstract

First of all, the article aims to demonstrate how the discourse of the internationalization of the Amazon was displayed at different times of the Brazilian history until the 1970s. Then, the text will focus on a controversy concerning this internationalization issue at the beginning of the Brazilian military regime. An edition of the *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI) of 1968 will be used as the main source for the analysis. This edition of the *Revista* was particularly focused on the case of the Amazon basin, approaching the suggested projects for the region from different points of view. The project which will be in focus in the paper is the "Great Lakes", which suggested the construction of a network of waterways in the region in order to facilitate intra- and extra-regional trade. Through the analysis of positions and issues exposed in this edition of RBPI about the “Great Lakes” project, this paper intends to discuss the issue of the internationalization of the Amazon basin at the time portrayed in the RBPI publication.

Keywords

Amazon – internationalization – military dictatorship – Brazil

¹ Ana Helena Alves Palermo Cavalcante é graduada em Relações Internacionais na Universidade Federal Fluminense e foi bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq.

Introdução

A soberania sob a região amazônica é uma questão presente no governo brasileiro em diversos momentos da sua história. Ao contrário do que alguns colocam, a preocupação com uma intervenção ou influência de estrangeiros na Amazônia não é exclusividade dos séculos XX e XXI, mas já é detectada em momentos anteriores da história brasileira.

Um dos momentos nos quais o Brasil, de fato, sofreu ameaças territoriais na área Amazônica foi no período de Colônia, quando os franceses e holandeses chegaram a fundar estabelecimentos na foz do Amazonas. No século XVIII, Marquês de Pombal, a fim de garantir a integridade territorial e seu povoamento, introduziu uma estratégia de ocupação através de cidades fortes na região, em localidades como Santarém e vários núcleos na Ilha de Marajó, próxima à foz do Amazonas (Silva, 2004, p.102).

O presente artigo possui o objetivo de entender como essa questão da internacionalização foi retratada em momentos decisivos da história nacional e de apresentar uma análise dos artigos publicados no *Especial: Amazônia* de 1968 da Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)². A RBPI se destaca como um dos principais meios pelos quais a política internacional foi discutida no Brasil, tendo apresentado grande destaque no desenvolvimento do pensamento brasileiro nessa área. A Revista foi fundada em um momento histórico, presenciando o desenvolvimento da Política Externa Independente de Juscelino Kubitschek. Desde então, a mesma tem desempenhado um protagonismo nos estudos na área diplomática no Brasil. Ela se destaca, desde sua criação, enquanto um *locus* onde estão registrados, dentre outros textos, documentos representativos dos mais diversos momentos da história diplomática e das relações internacionais brasileiras, como o destaca Paulo Alberto de Almeida:

Pioneira em sua época... a RBPI preencheu e ainda preenche uma lacuna inestimável em nossa cultura política e acadêmica no terreno que é o seu: a divulgação oportuna e a discussão aprofundada em torno de todas as questões e problemas que ocupam os homens de Estado e os profissionais da diplomacia brasileira. Numa época em que o registro dos eventos internacionais interessando o Brasil era feito de maneira precária pelo Itamaraty (por meio dos "Relatórios" anuais, já que a Resenha de Política

² “Decana das revistas brasileiras de relações internacionais, a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* foi fundada no Rio de Janeiro em 1958, na era das iniciativas diplomáticas do Governo Juscelino Kubitschek, como a Operação Panamericana e a integração latino-americana.” Disponível em: <<http://ibri-rbpi.org/rbpi-2/sobrerbp/>>

Exterior só vem a surgir quase duas décadas depois), a RBPI compilava e publicava os textos e declarações oficiais produzidos pela burocracia diplomática, bem como os resultados das mais importantes reuniões internacionais de que o Brasil tivesse tomado parte (Almeida, 1998).

A edição de 1968 da RBPI representa justamente esse *ethos* da Revista, que é o de oferecer o acesso a documentos e artigos que reflitam aquilo que é discutido dentro da burocracia brasileira, demonstrando como certas questões das relações externas do país são pensadas tanto por aqueles que estão dentro do governo, como por aqueles que estão fora, mas possuem o poder de influenciar as decisões tomadas dentro dele.

Para a análise dessa edição, que se ocupa com a temática amazônica e as discussões realizadas em torno do projeto dos “Grandes Lagos”, será utilizado o conceito de Matriz Securitização da Amazônia, retirado do artigo “Amazônia: Uma Área Pivô para uma Nova Política Brasileira” de Francisco Carlos Teixeira da Silva³, que divide as linhas de desenvolvimento da Amazônia em quatro matrizes diferentes: a Matriz securitização da Amazônia, a Matriz Determinista, a Matriz Ambientalista e a Matriz Desenvolvimentista. As últimas três Matrizes⁴ apresentadas por ele terão caráter secundário no presente artigo.

A Matriz securitização da Amazônia é descrita por ele como a provavelmente mais antiga, existente desde os primórdios da ocupação da floresta, baseada na eminência de uma ameaça à região e no temor da internacionalização, que, segundo ele, esteve presente em diversas fases da história brasileira, podendo ser mais evidente em alguns momentos. Essa Matriz está diretamente ligada com a questão da segurança, ou seja, com uma perspectiva de fazer com que a região amazônica esteja protegida de potenciais intervenções e influência estrangeiras. A Matriz securitização é caracterizada por um olhar voltado para possíveis conflitos externos, tanto políticos quanto militares, tendo como pano de fundo a lógica de que “essa região deve ser protegida”, o que teve

³ É professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Coordenador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente/ TEMPO/ Universidade do Brasil/UFRJ.

⁴ A Matriz determinista é marcada pelo debate da barbárie contra a civilização. Essa matriz é marcada basicamente pela visão daqueles que veem a região como algo selvagem, indomável e aqueles que a veem como algo promissor. A Matriz ambientalista possui caráter conservacionista, enraizado em uma preocupação com o meio ambiente que tem galgado cada vez mais atenção a partir do final do século XX. A Matriz desenvolvimentista é iniciada nos anos 60, quando a Amazônia se torna parte da política de desenvolvimento nacional, o que é marcado pela construção de um eixo rodoviário sentido norte e a criação do INPA. Tais ações demonstram a introdução da região nas diretrizes do governo federal, o que foi uma tendência que permaneceu nas décadas seguintes, incentivando diversos projetos de grande porte na Amazônia durante os regimes posteriores (SILVA, 2004).

diferentes significados ao longo da história. De quem e de quê se deveria protegê-la, são perguntas que foram encaradas de diferentes maneiras, mas que de certa forma sempre foram voltadas para o estrangeiro.

Sobre o conceito de securitização, é importante destacar o seu significado dentro da disciplina das Relações Internacionais (RI). Ele é baseado na visão dos autores da Escola de Copenhague, que apresentam o tema da segurança internacional de maneira diferente de outras tradições das RI. Para os autores dessa Escola, como Barry Buzan, um tema de segurança é uma construção subjetiva realizada por certo ator, com o objetivo de justificar certas ações, que não seriam possíveis, se esse tema permanecesse com um *status* de normalidade. O ato da securitização se constitui quando um representante de um Estado, por exemplo, ao fazer uso da palavra, faz referência a um tema específico como urgente e ameaçador para a sua segurança, o que justificaria quaisquer ações desse ator para evitar que tal ameaça se concretize (Waever, 1997, p.55).

O conceito da Escola de Copenhague é interessante, porém não se aplica totalmente à presente pesquisa, pois, ao se analisar o termo “Matriz da securitização” de Silva, pode-se perceber que o mesmo possui certa diferenciação em relação àquilo expresso pela Escola. Silva aplica o conceito de Matriz da securitização em diferentes momentos da história brasileira, que em sua maioria não foram marcados por um governo democrático. Dessa maneira, não se pode falar de securitização como um movimento de despolitização de certo assunto, inserindo-o em uma arena na qual o jogo democrático não é mais decisivo. O conceito aqui utilizado é caracterizado pela visão de que securitizar a Amazônia é observá-la como ameaçada e suscetível a intervenções, o que não está necessariamente ligado com um ato securitizador através do qual certo ator justifica suas ações baseado em uma perspectiva emergencial. Ao se analisar a Amazônia, também não se pode esquecer que ela é antes de tudo vista como um território, um dos mais tradicionais motivadores de conflitos na história da humanidade. Dessa maneira, se pode dizer que a Matriz securitização da Amazônia esteve em diversos momentos, principalmente nos aqui retratados, fortemente ligada a uma perspectiva de ocupação e proteção territorial.

A província do Grão-Pará, o Brasil e o temor do estrangeiro

Ainda na época do Brasil como colônia, os portugueses tinham uma preocupação com a região naquele momento conhecida como província do Grão-Pará. “Em 1822 a Amazônia não fazia parte do Brasil. Sequer se chamava Amazônia” (Souza, 2005, p.87). A relação da coroa portuguesa com essa parte da América do Sul à época se dava em uma dinâmica diferente do restante do território brasileiro. Devido às rotas marítimas e ao fato das embarcações dependerem dos ventos, havia duas rotas principais para a América do Sul, uma que levava diretamente ao Caribe e outra ao litoral brasileiro. “Uma viagem do Rio de Janeiro para Lisboa em 1790 durava noventa dias; uma entre Belém e Lisboa na mesma época durava trinta dias; já outra entre o Rio de Janeiro e Belém podia durar até cinco meses” (Souza, 2005, p.87), ou seja, a comunicação do sudeste brasileiro com a província do Grão-Pará era pior do que com Lisboa.

A partir dessas informações, pode-se perceber que o Brasil era dividido em partes diferentes, acrescentando-se o fato de que a região da Amazônia só veio a ser denominada como tal posteriormente. A dinâmica social presente na província do Grão-Pará também se diferenciava das relações trabalhistas da outra parte do Brasil. A distinção dava-se em diversos aspectos, como o cultural, o econômico e na visão de mundo, como descrito por Souza em seu artigo anteriormente citado. Ele coloca que a economia da região norte era baseada na extração de drogas do sertão na primeira fase da Colônia, tendo se especializado, em épocas posteriores, na produção de artigos de borracha e até mesmo de navios, chegando a ser responsável por mais de metade da frota portuguesa ao final do século XVIII.

A sociedade Grão-paraense era constituída, em sua maior parte, por mão de obra assalariada, sendo poucos os escravos – ao contrário da economia brasileira no século XIX. O contingente de assalariados era grande no Grão-Pará e suas exportações eram predominantemente de manufaturas, não de matéria-prima, como era o caso do Brasil.

O momento que marca a subordinação da região norte ao Império do Brasil é a intervenção política e militar feita entre os anos de 1823 e 1840, pela qual o norte teve suas lideranças enfraquecidas e deixou de ser uma “administração colonial autônoma” (Souza, 2005, p.92). Souza defende a ideia de que o arcaísmo econômico e cultural

estava mais presente no centro-sul brasileiro do que no norte, ao observar as diferentes organizações econômicas e sociais.

Dessa maneira, percebemos que a Amazônia passou a ter uma identidade agregada ao Brasil a partir do início do Império Brasileiro, tendo sido essa união imposta por meio de conflitos dentro da própria província. A partir desse momento, a Amazônia passou a ser influenciada diretamente pelos interesses do centro-sul brasileiro, que em diversos momentos da história desconsiderou as especificidades da região ao apontar políticas econômicas a serem realizadas. Souza faz uma interessante consideração sobre essa temática:

Falar, portanto, que o destino da Amazônia é a regressão ao extrativismo, mesmo a um extrativismo idílico, socializado e místico, é mais uma vez atropelar a própria Amazônia. [...] Na realidade, o Grão-Pará foi reinventado em Amazônia pelo Império do Brasil, que propôs para a região derrotada uma nova e conveniente imagem, que ainda não se ajustou totalmente e às vezes causa desconforto (Souza, 2005, p.95-96).

Fica então claro que a imagem do Grão-Pará, então denominado de Amazônia, foi uma construção feita pelas diferentes unidades políticas que controlaram o Brasil ao longo da história. Quanto à retórica da internacionalização, essa já podia ser identificada durante os tempos de Colônia, como exposto por Osvaldo Caninas no trecho abaixo:

[...] não causa espanto ver que, quando o assunto é ameaça à segurança nacional, o governo federal sempre tenha estado presente, seja como Coroa Portuguesa, seja como Brasil, propriamente dito. [...] Todavia, ao fim da União Ibérica, os estadistas portugueses souberam se aproveitar dela para avançar profundamente em direção aos territórios da América espanhola. Não é por acaso que Alexandre de Gusmão criara o princípio que, além de nos dar vantagem, garantiu o “*fait accompli*” da expansão sob a forma do *uti possidetis*, segundo o qual cada soberania tinha direito às terras que efetivamente ocupava, e dos limites naturais, que decorrem de acidentes geográficos notáveis, como rios e serras. Dessa maneira, a Coroa portuguesa, por meio do Tratado de Madrid, de 1750, conseguira convencer a Espanha de que suas invasões de território foram mútuas e que a penetração portuguesa, na Amazônia principalmente, fora compensada pelo avanço da Espanha na Ásia (Filipinas, Marianas e Molucas). (Caninas, 2010, p.74)

A própria consolidação do território brasileiro foi um processo que perdurou durante os anos de Colônia, de Império e de República. As fronteiras brasileiras passaram a ter a constituição atualmente conhecida posteriormente às contribuições de Rio Branco, que foi figura-chave para a negociação do território acriano no início do século XX, que deixou de ser boliviano e passou a fazer parte do Brasil.

Durante o período colonial, as fronteiras brasileiras iniciaram seu processo de formação, tendo vários processos contribuído para a expansão da mesma, como a criação de gado no nordeste, as expedições dos bandeirantes e os diversos ciclos econômicos que fizeram parte da história brasileira. Nos primeiros séculos da ocupação europeia no continente americano, predominou a penetração dos países da península Ibérica que, mais tarde, ao perderem paulatinamente seu poder na região, passaram a ser contestados. Um dos exemplos é exposto por Caninas:

A penetração francesa na Guiana, ainda durante a União Ibérica (1580-1640), fora o prenúncio de ondas de estrangeiros a contestarem os domínios espanhol e português na região, na medida em que estes reinos perdiam força e influência. Portugal, que saíra enfraquecido e quase destruído da União, deparara-se com estrangeiros na região, fato que estadistas portugueses, como homens essencialmente telúricos que eram, sempre abominaram. (Caninas, 2010, p.76)

Quanto a essa invasão, os nortistas chegaram a contribuir com a campanha portuguesa no território da Guiana Francesa. Esse momento retrata uma preocupação, já existente na época de Colônia, com a soberania sob o território amazônico, o que, segundo Caninas, pode ser interpretado como um prelúdio do discurso securitizador⁵ da área. Ele também coloca que o discurso da Amazônia em perigo perdurou durante os tempos de Império, permanecendo nos anos de República, quando ele serviu de base para as políticas em relação à região.

Durante o governo de Getúlio Vargas, mantiveram-se as preocupações com uma possível cobiça estrangeira em relação ao território amazônico. Lembrando que a Segunda Guerra Mundial, durante a qual Vargas era presidente do Brasil, foi responsável pelo último impulso de produção de borracha no Brasil, que foi utilizada para abastecer as fábricas dos aliados durante o conflito, tendo sido essenciais quando as plantações de seringueiras da Malásia foram tomadas pelos japoneses, pertencentes ao bloco do Eixo.

O abastecimento de borracha era particularmente desafiador para os Estados Unidos. Em 1942, a borracha consumida nos Estados Unidos era 96% natural e apenas 4% sintética (Tuttle, 1981, p.65). Os Estados Unidos

⁵“Securitização” é o movimento que trata a política para além das regras do jogo estabelecidas e enquadra a questão ou como um tipo particular de política, ou como algo que a transcende. A securitização pode então ser vista como uma versão extrema da politização. Teoricamente, qualquer questão pública pode ser localizada no espectro que varia do “não politizado” [...], passando pelo “politizado” [...], alcançando o “securitizado” (BUZAN et al., 1998, p. 23-24).

importavam do Sudeste Asiático, principalmente da Malásia Britânica e das Índias Holandesas, 98% da borracha crua que utilizavam (Marshall, 1995, p.23). Em 1941, a importação de borracha crua nos Estados Unidos tinha chegado ao impressionante total de 1.025 mil toneladas, mais que a soma de todo o resto do mundo (Tuttle, 1981, p.65). ... Assim como o ferro, o aço, o carvão e o petróleo, a borracha havia se tornado um material essencial, tanto na paz quanto na guerra, nas fábricas e nas casas, fazendas e meios de transporte, em bens produzidos em tempo de paz e em material bélico. (Garfield, 2009)

É interessante lembrar que os EUA na época, como colocam arquivos americanos recentemente divulgados, tinham planos para invadir Belém caso o Brasil se posicionasse a favor das potências do Eixo (Silva, 2004, p.103). Tal fato demonstra a importância dada à borracha como elemento estratégico pela indústria bélica estadunidense e o interesse dos EUA existente em relação à *commodity* produzida na região amazônica.

A polêmica em torno da Amazônia a partir de 1964

Sobre as décadas de 60 e de 70, será analisada a polêmica em torno da proposta do estrategista estadunidense, Herman Kahn⁶, que sugeriu a construção de “Grandes Lagos”⁷ dentro da floresta amazônica para facilitar o intercâmbio comercial dentro da região e dela com o resto do Brasil e do mundo. Nesse mesmo contexto, foi inaugurada por Castelo Branco, primeiro presidente do regime militar, a campanha “integrar para não entregar”, que teve como pano de fundo a proteção da floresta Amazônica da internacionalização. Essa campanha deixa claro o ressurgimento de um temor quanto à presença de estrangeiros na região.

Dentro desse contexto, é importante destacar o papel da figura de Orlando Valverde, responsável pela afirmação da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), liderada por Henrique Miranda. Tal campanha foi motivada pelas ambições do projeto do Instituto Hudson⁸ para a

⁶“*Herman Kahn, the most celebrated and controversial nuclear strategist of his day, later to be known also as a futurist, political scientist, geo-strategist and founder and director of the Hudson Institute "think tank," began his career in the late 1940s with the Rand Corporation as a physicist and mathematician.*” Disponível em: <http://www.hudson.org/learn/index.cfm?fuseaction=staff_bio&eid=HermanKahn>

⁷ “Projeto, que pretendia barrar o Rio Amazonas, na altura de Óbidos, para construir uma hidrelétrica, visando “desenvolver” a região, quando na realidade, os documentos da citada Instituição Americana referiam-se ao “acesso fácil às terras altas onde se encontravam os minérios e a floresta.” Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/QuemfoiOrlando_Valverde.pdf>

⁸“*Hudson Institute challenges conventional thinking and helps manage strategic transitions to the future through interdisciplinary and collaborative studies in defense, international relations, economics,*

Amazônia brasileira, através do qual Herman Kahn propôs, como colocado anteriormente, a formação de lagos na região. Um aspecto interessante sobre esse projeto é o fato dele ter sido elaborado a serviço do Departamento de Estado dos Estados Unidos, ou seja, era um projeto do governo estadunidense para um território sob o domínio do Estado brasileiro. Através da CNDDA foi combatida a desnacionalização da Amazônia e foi motivada a denúncia das ambições de Kahn como ameaçadoras para o Brasil. Um dos produtos da Campanha foi um relatório que denunciava:

... os propósitos neocolonialistas do Projeto coordenado por Herman Kahn, diretor do Instituto, evidenciados nas quatro características fundamentais das obras hidráulicas: 1) baixo custo, 2) represas baixas, construídas de terra ou aterro hidráulico, 3) baixa eficiência, alegando que “o valor da eletricidade, por si só, não justificaria a construção; e 4) a extração vegetal e mineral, como metas dos esforços estrangeiros do desenvolvimento.⁹

Com base no relatório redigido por Valverde, no posicionamento dos militares nacionalista e no posicionamento de setores contrários ao projeto da sociedade brasileira, o mesmo foi arquivado.

Uma análise do “Especial: Amazônia” da Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) de março/junho de 1968

Para a melhor compreensão do debate em torno da internacionalização no período referido, torna-se útil a análise da edição da Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) de 1968, que teve como tema central a Amazônia. Na parte inicial da publicação, é colocada a importância adquirida por essa temática em contraste com a questão do Rio Prata, que deixou de ser exclusiva na atenção nacional brasileira. Dessa edição fazem parte sete artigos e seis documentos que possuem como foco principal o desenvolvimento da Amazônia e o projeto do Instituto Hudson. Entre os autores dos artigos estão Herman Kahn, Arthur Cezar Ferreira Reis¹⁰, Armando Dias Mendes,

culture, science, technology, and law. Through publications, conferences and policy recommendations, we seek to guide global leaders in government and business.” Disponível em: <<http://www.hudson.org/>>

⁹ Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/QuemfoiOrlando_Valverde.pdf>

¹⁰ “Nascido em Manaus, em 8 de janeiro de 1906, tornou-se um dos mais fecundos historiadores da Amazônia. Em sua extensa bibliografia, abordou os mais variados temas, desde a “descoberta” pelos portugueses daqueles vastos sertões, os interesses econômicos que conduziram o processo de ocupação e colonização do imenso território, até a geopolítica focalizada nas disputas entre Portugal e Espanha em

Robert Panero¹¹, General Frederico Rondon, Eudes Prado Lopes¹² e Felisberto Camargo. A fim de possibilitar uma visão geral do que foi discutido nessa edição da Revista, será feito um apanhado do que foi levantado por alguns dos autores anteriormente citados em seus respectivos artigos.

O primeiro artigo foi escrito por Arthur Cezar Ferreira Reis, eleito governador do Amazonas em 1964 e reconhecido acadêmico, que contribui com a temática Amazônica através de livros como “A Amazônia e a Integridade do Brasil”, “A Amazônia e a Cobiça Internacional”, “Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa”. No seu texto aqui referido, ele discute a importância da Amazônia para o Brasil e a problemática da internacionalização, em voga na época do artigo. Ele defende que os brasileiros da região não desejavam uma abertura da mesma a uma intervenção mais intensa de instituições e órgãos estrangeiros. Ele expressa isso claramente ao dizer que: “Não há à vista qualquer demonstração de que os brasileiros da Amazônia perderam o sentimento de nacionalidade para acomodar-se a interesses desnacionalizantes” (Reis, 1968, p.12). Além disso, Reis lembra a relevância das fontes de recursos naturais, vegetais e minerais presentes na floresta, que são essenciais para a continuidade da evolução e ampliação do parque industrial brasileiro.

É importante lembrar que, à época, o Brasil estava dentro de um paradigma desenvolvimentista, ou seja, o Estado tinha o desenvolvimento econômico como um dos seus principais focos. Justamente nesse momento, a Amazônia passa a se tornar parte primordial da política de desenvolvimento nacional, estando presente nos grandes planos do governo federal, o que marca a introdução da Matriz Desenvolvimentista na região, remetendo ao conceito de Silva inicialmente exposto nesse artigo.

Reis ainda coloca a potencialidade da Amazônia como colaboradora para a afirmação da economia brasileira e, em um tom um tanto quanto exaustivo, diz:

O Brasil não vive esse estado de imaturidade ou de envilecimento. Está estuando de seiva e vigor para credenciar-se na sua destinação de potência. A Amazônia é parte integrante dessa potencialidade que se constrói com o nosso sangue, a nossa inteligência, a nossa dinâmica, a nossa decisão. (Reis, 1968, p.16)

torno das fronteiras e a “conquista espiritual da Amazônia”.” Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/arquivo-morto/arthur-cezar-ferreira-reis-1906-1993>

¹¹Americano, em 1968, representante do Instituto Hudson na Colômbia e no Brasil. Autor do projeto do sistema de “Grandes Lagos”.

¹²Em 1968, geólogo e geofísico da Petrobras.

Em outro artigo dessa edição da RBPI, Armando Dias Mendes destaca a presença do modelo nordestino em considerável parte dos projetos do governo federal em relação à região norte naquela época. Mendes seguiu carreira política em Belém do Pará e, em 1968, era Auditor do Tribunal de Contas do Pará, o que demonstra o quão próximo ele estava das negociações realizadas em um dos maiores estados amazônicos. Mais tarde, ele chegou a presidir o banco da Amazônia e a ser consultor da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹³.

Para Mendes é necessário observar que a Amazônia não é uma região dual no que tange o estágio de desenvolvimento, ou seja, não pode ser apenas dividida em locais desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ela deveria sim ser separada através de “uma tríplice caracterização: região desenvolvida (ou em vias de desenvolvimento), região subdesenvolvida e região desértica” (Mendes, 1968, p.18). Mendes defende o investimento do setor público na iniciativa privada dentro da região amazônica e demonstra certa preocupação com um investimento focado na ocupação militar, vista por ele como custosa e inviável. Ele vê uma maior necessidade de concentração do esforço governamental em atividades produtivas e não na expansão das Forças Armadas. Segundo ele:

Esses investimentos, acrescidos de estímulos ao setor privado nas áreas já demográficas e economicamente ocupadas, permitiriam o surgimento ou ampliação de complexos industriais e atividades primárias, principalmente orientadas pelos mercados externos (compreendendo o extra-regional e o extra-nacional). Ao seu lado, porém, e sem qualquer possibilidade de transferir essa responsabilidade para a iniciativa privada ou para entidades estrangeiras, cumpriria ao Governo realizar a construção das estradas, dos aeroportos, dos portos, das usinas de energia, do saneamento básico, de telecomunicações, das pesquisas mesmo, que não só abririam novas frentes de penetração do território como as interligariam entre si, com o ecúmeno regional e com o resto do país. Seria, portanto, uma programação de *desenvolvimento* para o ecúmeno, de *ocupação* dos anecúmenos e de *integração* de ambas. Seria, também, para completar o conhecimento maior da realidade regional, um programa de *revelação*, através de estudos e pesquisas. (Dias, 1968, p.19)

Em artigo intitulado “Um Sistema Sul Americano de Grandes Lagos”, Robert Panero apresenta a evolução da ideia de construir um lago na floresta Amazônica.. Essa

¹³ Gonçalves, 2006. Disponível em:

<http://www.cofecon.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=216>

e outras ideias fizeram parte de um projeto de “atacar” os problemas da América Latina em busca do desenvolvimento econômico, o que começou a ser estudado pelo Instituto Hudson a partir de meados de 1964, que não podemos esquecer, foi um ano marcante para a política brasileira. Esse projeto dos “Grandes Lagos” foi fruto de uma colaboração entre diversos indivíduos como Herman Kahn, Marcello de Leva, James Geraghty e José Gómez Pinzón, que tinham como sua principal motivação a criação de iniciativas que “catalisassem” o desenvolvimento. Para que a ideia pudesse ser levada a frente, Kahn apresentou-a ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em seis de novembro de 1964.

Posteriormente, o artigo passa a abordar o trabalho do Dr. Eudes Lopes Prado Lopes, que trabalhou em um projeto paralelo ao do Instituto e que também apresentou os “Grandes Lagos” como uma alternativa inovadora e benéfica. É importante lembrar que ele era geólogo da Petrobras na época, o que demonstra a relevância do seu envolvimento na questão uma vez que era considerado um especialista no que dizia respeito à questão científica do projeto. Lopes lembra que um dos principais sonhos do continente latinoamericano é ligar os seus rios, por meio de canais, para assim permitir uma melhor mobilidade. Ele coloca a dificuldade do uso de alguns rios para transporte e apresenta o Lagos, como uma possibilidade de navegação irrestrita e sem limitações de velocidade, como o é na fronteira do Canadá e dos EUA, na região dos *Great Lakes*. Para ele, a represamento do Rio Amazonas para a formação do sistema de “Grandes Lagos” não seria de muitas dificuldades e geraria diversos benefícios, como tornar a região do delta do Rio mais fértil para atividades agrícolas, criar acesso por navio às terras interiores e propiciar a redução da quantidade de sedimentos despejados no Oceano Atlântico.

Tais benefícios, quando pensados sob a perspectiva de uma mentalidade do século XXI, se colocam como questionáveis, principalmente pelo grande impacto ambiental e social que tal construção teria, mesmo se consideradas as dimensões das cidades amazônicas naquela época. Atualmente, a preocupação não está mais tão restrita a simplesmente desenvolver, mas a fazê-lo em conformidade com o meio ambiente em alguma medida e pensando nas consequências para a população afetada – o que foi algo buscado principalmente a partir do final do século XX, quando a preocupação com o meio ambiente passou a ganhar cada vez mais atenção, caracterizando a inserção da

Matriz Ambiental na Amazônia. Não vamos, porém, nos aprofundar nessa problemática, pois o objetivo desse artigo é concentrado em uma perspectiva histórica do temor da internacionalização nos anos 70.

Outro artigo da RBPI que contribui para o nosso estudo é do próprio Herman Kahn, “Novo enfoque sobre a Amazônia”. No artigo, Kahn discute pontos como a maior eficiência gerada por uma aplicação “lateral” da tecnologia. Com esse termo ele quer dizer que não é necessário que, em países em desenvolvimento, as tecnologias sejam aplicadas com tanto rigor como nos desenvolvidos, mas que os projetos deveriam se adaptar à realidade desses países no sentido de serem menos ambiciosos e compatíveis com a realidade dos mesmos. Para ele, deve ser avaliada a utilização de métodos extensivos que, em diversos casos, possibilitariam a economia de divisas estrangeiras por parte desses países.

Um exemplo de como a tecnologia lateral poderia ser aplicada, no desenvolvimento da terra, é encontrado na solução do problema de abrir a floresta e remover áreas. Geralmente esse trabalho é feito com tratores ou equipamento pesado equivalente. Na maioria dos países sul-americanos, esse equipamento tem de ser adquirido no exterior, gastando-se divisas. Acreditamos que, em muitas zonas, esse trabalho poderia ser feito de forma mais barata, se se usasse mão-de-obra local e cargas explosivas perfiladas. (Kahn, 1968, p.54)

Essa visão parece um pouco limitada, mas é interessante na medida em que demonstra uma preocupação de adaptar projetos de um lugar ao contexto daqueles onde será aplicado. Além disso, Kahn defende a relevância que pequenos fabricantes de diversos setores, como mineração, petróleo e química podem adquirir em um contexto local que, de forma integrada, poderiam suprir um mercado local. Posteriormente, ele divide as aéreas da América Latina em três, A, B e C:

A área "A" está claramente no século XX. Ela é industrializada, possui computadores e pessoal formado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), tem uma classe de profissionais grande e em crescimento, tem favelas, que são também do século XX. (...) A área "B" é diferente. É geralmente uma sociedade do século XVII modernizada, de base agrícola, com uma superestrutura de tratores, aviões de pulverização de colheitas, mecânica, obras públicas e um pouco de moderna mineração. (...) A área "C" é ainda diferente. Esta é a área inexplorada economicamente e, muitas vezes, desconhecida. Aqui se encontra, frequentemente, a "vida do sertão", com suas características de cada um depender de si próprio, de hospitalidade, de vindita como repressão ao crime. Há muito pouco investimento, e somente desenvolvimento ocasional, combinado com um

tipo de vida que compreende apenas o essencial para a subsistência. (Kahn, 1968, p.57)

A partir dessa divisão, um tanto quanto inusitada, de estágios de desenvolvimento da América Latina, Kahn insere a Amazônia em um contexto de área “C”. Para ele, a maior parte dessa área “C” está justamente na Amazônia, que seria o centro do continente latino-americano. Ele chama atenção para o perigo de ver essa área amazônica como uma coisa só, pois ela é constituída por diferentes tipos de vegetação, solo e relevo, não sendo um todo. Ele então discute o quanto uma integração da região platina, mais desenvolvida, com a bacia amazônica, fonte de matéria primas, seria benéfica:

Se fosse possível tornar os afluentes grandes e pequenos mais navegáveis do que são agora. (1) pela eliminação de barreiras naturais: (2) fazendo novos tipos de embarcações, capazes de vencer obstáculos naturais de maneira fácil e econômica: ou (3) por uma combinação desses dois métodos, tráfego direto seria possível, dos centros industriais de Buenos Aires, Montevideu, e São Paulo para os países produtores de matéria prima: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Se esse tráfego se tornasse possível e econômico, automóveis brasileiros poderiam ser vendidos à Colômbia e pagos em carvão de pedra; minas de carvão colombianas situadas nos altos Andes, atualmente não exploráveis, passariam a ter exploração econômica viável. O Brasil importa carvão de pedra, enquanto a Colômbia, por todas as razões práticas, cortou a importação de automóveis para poupar divisas. (Kahn, 1968, p.60)

Dessa maneira, Kahn apresenta uma solução para a integração continental, que é resumida no projeto de “Grandes Lagos” no centro da floresta amazônica. Para ele, essa seria uma grande possibilidade para a impulsão do desenvolvimento amazônico, apresentando-se como uma boa opção.

Ainda no artigo, fala-se da iniciativa do Instituto Hudson de formar um grupo de cientistas para avaliar as possibilidades tecnológicas de desenvolvimento da região e de melhoramento da comunicação entre os países da América do Sul. Essa equipe, como dito por ele, seria uma “fábrica voadora de ideias” (Kahn, 1968, p.64) e deveria se focalizar em um projeto sul-americano supranacional o qual poderia gerar empregos e mão de obra especializada em atividades benéficas ao crescimento, o que, por sua vez, seria um bom capital inicial para outros projetos a serem aplicados no futuro.

A ideia de um projeto supranacional está claramente presente naquilo que Herman Kahn veio a sugerir para o Estado brasileiro, demonstrando que temores relacionados a uma internacionalização da Amazônia tinham sim fundamento. A principal questão é,

porém, como tais temores foram utilizados pelo Estado militar, que os empregou como forma de legitimar ações na região, que não necessariamente faziam frente à entrada de empresas e iniciativas estrangeiras. Outros projetos, além dos “Grandes Lagos”, despertaram grandes discussões, como comenta o General Frederico Rondon – militar que apresentava uma visão nacionalista e que, por estar presente nas Forças Armadas tinha uma perspectiva mais militarista da questão – em outro artigo dessa edição da RBPI.

Em seu artigo, o General Frederico Rondon critica os projetos que de certa maneira expressaram um interesse de estrangeiros pela região, como o projeto do “Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”, os projetos de povoamento e, finalmente, o projeto dos “Grandes Lagos”. Para ele, o projeto do Instituto Hudson parece estar em clara oposição àquilo que se pensa como interesse nacional. Quanto à questão da integração dentro do continente, uma das ditas vantagens da construção do Lago de Herman Kahn, Frederico Rondon defende o seguinte:

A ligação econômica das grandes bacias amazônica e platina é, certamente, a via marítima. A ligação interior, pelos galhos superiores dos rios e canais projetados, teria um caráter esportivo e antieconômico, fora da realidade brasileira, pois as rodovias do plano nacional, a Brasília—Acre e a Cáceres—Mato Grosso (Vila Bela) já vêm desempenhando aquele papel, isto é, fazendo escoar a produção do longínquo Oeste rumo aos grandes mercados de Leste. (Rondon, 1968, p.67)

Nesse trecho, fica claro que o General Frederico Rondon se opõe ao projeto de construção de Lagos para integração da bacia platina com a amazônica, pois ele coloca a via marítima como a ligação ideal entre as bacias. Ao final do artigo, ele lembra a importância das ações do governo brasileiro em prol do desenvolvimento da região, meio ideal, segundo ele, para alcançar a integração da Amazônia com o resto do Brasil.

O próximo artigo é o do Engenheiro Eudes Prado Lopes, intitulado “Uma Solução Global para o Problema Amazônico”. Em seu texto, ele mostra sua avaliação sobre a ideia do “lago do Médio Amazonas”, avaliação esta que foi apresentada em dezembro de 1965 para a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em reunião na qual o Ministro Roberto Campos estava presente. Lopes discute a viabilidade técnica da obra, como a localização da barragem que, segundo ele, deveria ser decidida por um estudo mais aprofundado do governo.

Ele defende a viabilidade da obra que, para ele, teria pequenas consequências se considerado o tamanho da mesma. O fato de cidades como Parintins e Maués desaparecerem não é visto como grande impacto. Quanto à proximidade da cidade de Manaus:

Os campos naturais do médio Amazonas, próximos de Manaus, onde as inundações atingem 12 m de altura, serão substituídos por campos artificiais de "terra firme", onde o gado estará protegido das enchentes e das doenças frequentes em terras muito molhadas. Os exemplos de "Fordlândia" e "Manacapuru" comprovam a excelência dos campos de "terra firme". (Lopes, 1968, p.77)

Além disso, o lago facilitaria a extração de petróleo, pois possibilitaria o uso de modernas técnicas de extração antes não viáveis. Ainda sobre = Manaus, Óbido e Oriximiná – as maiores cidades amazônicas na época, – estas teriam as suas partes baixas alagadas.

Posteriormente, Lopes apresenta as perspectivas promissoras do Lago, que seriam: o desenvolvimento da indústria de alumínio, devido às jazidas de bauxita existentes e à energia a ser gerada pela hidrelétrica, ambas fundamentais para tal indústria; a fabricação de soda cáustica; a distribuição de energia para os centros de consumo; a dinamização da eletrossiderurgia de ferro, manganês e aços especiais; e o aproveitamento da madeira para a extração de celulose e do calcário para a indústria do cimento. Para todos esses setores, o lago contribuiria no sentido de facilitar o transporte de materiais, através de um acesso mais eficiente a regiões remotas e a comunicação com o Oceano Atlântico.

O último artigo¹⁴ dessa edição de 1968 da RBPI é de Felisberto Camargo – agrônomo que estava ao lado dos incentivos à agricultura no estado do Pará (Mazzini, 1996), ou seja, ligado à bancada ruralista - que se coloca como defensor do projeto, o que fica claro no seguinte trecho:

A construção de uma barragem na garganta de Monte Alegre, estabilizando o nível das águas do Rio Amazonas e eliminando as enchentes, constituirá importante medida em favor da população miserável, sofredora e injustiçada, que apresenta, no Brasil, o mais baixo padrão de vida. (Camargo, 1968, p.86)

¹⁴ Artigo de palestra proferida no "Ciclo de Conferências sobre o Lago Amazônico", no Clube de Engenharia — abril de 1968.

Um estudo dos documentos transcritos na RBPI de março/junho de 1968

As posições expressas sobre o projeto dos “Grandes Lagos”, como colocado ao longo desse artigo, foram diversas. Alguns, como os membros do Instituto Hudson, Herman Kahn e Panero, Felisberto Camargo e o engenheiro Eudes Prado Lopes se apresentam a favor da concretização do projeto. Outros, como o General Frederico Rondon e o ex-governador do Amazonas, Armando Dias Mendes, baseados em uma retórica de proteção da Amazônia e de respeito ao caráter soberano e constituinte do Estado brasileiro, se posicionaram contra o projeto. Tendo isso em vista, percebe-se o andar de uma discussão em torno da polêmica proposta que, tanto dentro como fora do Brasil, gerou partidários de diferentes perspectivas.

Uma maneira interessante de percebermos como foi o andar dessa discussão e analisarmos quais produtos foram gerados por ela, é observando os documentos transcritos ao final da edição de 1968 da RBPI.

Um desses documentos se ocupa da questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil, versando sobre as diferentes legislações brasileiras e o status ilegal de diversas faixas territoriais em mãos de estrangeiros. Esse documento é baseado no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), elaborada pelo Deputado Haroldo Veloso, em 1968, que discutiu a venda ilegal de terras a estrangeiros.

Segundo o relatório da CPI, o interesse de pessoas ou grupos estrangeiros na compra de grandes áreas no interior brasileiro aumentou na década de 50, intensificando-se a partir de 1966. Com os fatos publicados pela imprensa mostrando o vulto dessas compras, a maioria cheia de irregularidades, e o requerimento do deputado Márcio Moreira Alves, foi formada a CPI. (*Report of Congressional Investigating Committee*, 1968, p.115)

O relatório dessa CPI demonstra a presença de indivíduos de diversos países envolvidos com a comercialização ilegal de terras brasileiras, chegando até a utilizar título de terras falsos. Outro grande problema apresentado foi o fato de diversas terras permanecerem em nome de brasileiros apesar de, na realidade, pertencerem a nacionais de outros Estados, o que dificultava a verificação da problemática como um todo.

Um dos principais interesses verificados e que seria grande incentivador desse comércio ilegal de terras estava nas jazidas minerais existentes no Brasil, chegando até a haver a extração clandestina desses minerais.

Ao verificar toda a dinâmica em volta dessa comercialização, o relatório termina por concluir que, possivelmente desde a década de 50, diversas faixas territoriais brasileiras teriam sido vendidas ilegalmente. A partir dessas declarações, fica clara a presença da problemática em torno da questão territorial nos anos 60, o que envolvia não somente a região amazônica, mas o Brasil como um todo.

A denúncia geradora da CPI se baseava na ação de um embaixador brasileiro em Washington, Vasco Leitão da Cunha, que teria rompido o acordo internacional brasileiro ao favorecer empresa estadunidense. Assim, podemos perceber uma preocupação dentro do Estado brasileiro, por parte do parlamento, em relação à internacionalização brasileira, preocupação essa que esteve presente tanto nessa discussão em torno de possessões, como na discussão em torno do projeto do Instituto Hudson.

Um dos marcos dessa segunda discussão é o discurso do deputado Bernardo Cabral, em 12 de fevereiro de 1968, na Câmara dos Deputados em Brasília, durante o qual ele apresenta um posicionamento nacionalista e defende a formulação por brasileiros de soluções para os problemas brasileiros. Esse discurso é transcrito na edição aqui trabalhada da RBPI, o que possibilitou uma análise mais de perto dos argumentos utilizados. Durante esse episódio, os prováveis objetivos de Kahn e Panero com o grande projeto foram explicitados, que seriam: acabar com os problemas de domínio do “Inferno Verde”; a criação de vias de acesso às terras altas, ricas em minério de ferro, estanho, manganês e ouro; e a possibilidade de, no futuro, concretizar a ligação desse lago com rios continentais, como o Orinoco e o da Prata. Além disso, é denunciada a ligação do brasileiro Felisberto com os idealizadores do projeto. Felisberto chegou a organizar conferência contando com a presença de figuras importantes, como representantes da Marinha Brasileira e da Escola Superior de Guerra (ESG). A própria ideia do projeto é colocada como sendo recriada pelo Instituto Hudson e baseada em estudos do engenheiro Eudes Prado Lopes. O problema principal, na perspectiva daqueles deputados que, além de Cabral, participaram da discussão, não era a ideia de se fazer um lago, mas a de propor a gerência da área por um organismo supranacional, o que é explicitado no seguinte trecho:

... fazer um lago foi que chamou a atenção da opinião pública, foi que provocou maior reação. O mais grave é que a ideia original do Grupo Campanero¹⁵, que, por sua vez, é a reprodução da ideia original do Instituto Nacional da Hiléia Amazônica, era a constituição de um organismo supranacional do qual participariam as autoridades da região amazônica, não do Estado Amazônico que o Brasil tenha ou do Estado Amazônico que a Colômbia tenha, mas da região encarada como um todo em termos supranacionais; e deste organismo supranacional participariam, também, representantes norte-americanos. (Speech in Congress, 1968, p.154)

Durante o debate ficou clara a posição de Cabral, que era questionadora e apresentava diversos argumentos que não se demonstravam em acordo com o projeto. Ele, junto a outros deputados, apresentou a ligação dessa iniciativa com o Pentágono nos EUA, mostrando estar também presente o interesse estratégico dentro de toda essa questão.

Em julho de 1968 foi publicado um relatório de diplomatas brasileiros que investigaram as atividades do Instituto Hudson. Dentre as informações que eles conseguiram obter, estava presente o fato de o Instituto ser financiado majoritariamente por contratos com agências oficiais do governo estadunidense, principalmente com o Departamento de Defesa; também, na possibilidade de que os Lagos fossem realmente construídos, constituir-se-ia primeiramente uma organização multinacional em torno do mesmo, e posteriormente, uma supranacional; e havia ainda o fato do Instituto parecer ter prestígio dentro da Comissão Interamericana da Aliança para o Progresso e também dos governos do Peru e da Colômbia, tendo esta última já levado em consideração projetos do Instituto e demonstrado, dentre os países sul-americanos envolvidos, o maior interesse em relação ao lago.

O estudo feito pelos diplomatas questiona os benefícios apresentados como consequentes dos Lagos, pois o estudo de Panero e Kahn desconsidera a navegabilidade do Rio Amazonas, apresentando-o como um obstáculo ao fluxo de navios na região. Colocações como essas foram inseridas pelos representantes do Itamaraty, através de uma apresentação crítica das sugestões do Instituto Hudson.

Ainda, sobre a segurança nacional, os diplomatas ressaltaram um aspecto essencial:

¹⁵ Roberto Campos e Robert Panero.

Sob o ângulo da segurança nacional será ocioso assinalar os riscos representados, na hipótese de um conflito mundial, por uma obra tão vulnerável a ataques por balísticos e armas de longo alcance. O eventual rompimento da barragem causaria tal calamidade que dificilmente se poderia organizar, naquela legião, ao menos, qualquer forma de resistência efetiva ao invasor. (Report published in the press, 1968, p.147)

A partir desses estudos, os diplomatas concluíram que em todo o esquema em volta dos “Grandes Lagos” pairava sim uma ideia de internacionalização da Amazônia.

Conclusão

Ao observarmos de uma maneira geral o andar das discussões em torno da possibilidade de internacionalização da Amazônia, percebemos que ela não foi questão exclusiva do discurso propagado durante o regime militar, mas também esteve presente em outros momentos da história brasileira. Tendo-se em vista os períodos analisados, a preocupação com tal internacionalização tendeu a aparecer a partir do momento em que se percebia de maneira clara o interesse de algum órgão ou instituição estrangeira na região, bem como reais intenções de interferir na mesma. Sendo assim, verifica-se a existência de uma tendência no governo brasileiro – o que percebemos tanto no tempo de Colônia, como no do Regime Militar, – de somente voltar suas atenções para a região quando percebe que seu domínio sobre a mesma está sendo contestado.

Em uma situação habitual na qual ameaças não são interpretadas pelo governo, a Amazônia tendeu a ter um caráter marginal nas políticas do governo central, tanto no período do Império, como no da República Velha, de Vargas e do Regime Militar. Entretanto, durante o Regime Militar, o governo brasileiro claramente voltou considerável parte de sua atenção para a região amazônica, o que pode ser visto como algo intensamente influenciado pelos projetos econômicos estrangeiros para essa região. O governo brasileiro pretendeu fazer-se presente na região através de campanhas como “integrar para não entregar” e a de integração nacional, a partir das quais pretendia agregar as partes “não ocupadas” do território brasileiro à economia nacional. Uma das retóricas utilizadas para justificar as ações do governo na região foi justamente a da internacionalização, que se apresentou mais como um discurso do que como uma preocupação real. Muitas das iniciativas do governo militar na região foram realizadas em convênio com as companhias e governos estrangeiros, ou até mesmo cedendo território brasileiro para tais iniciativas.

Ao observarmos o discurso da internacionalização e a maneira como ele foi colocado, devemos considerar também informações essenciais, como a de que o Ministro Roberto Campos exercia parceria com a Universidade da Califórnia a fim de obter dados para o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), durante a presidência de Castelo Branco (1964-1967). Fato interessante também é o de que a Universidade da Califórnia, acreditando que não tinha os recursos necessários para as demandas de Roberto Campos, contratou os serviços da Rand Corporation¹⁶. Essas informações foram extraídas de discurso do Deputado Hermano Alves que participou do debate, comentado anteriormente, liderado por Cabral. Alves esclarece ainda outros dados que nos levam a creditar que a questão não era tão simplesmente uma dicotomia entre um setor nacional e um estrangeiro. Sobre o trabalho realizado pela RAND, ele continua seu discurso da seguinte maneira:

E a Rand Corporation estabeleceu depois por determinação, por solicitação do Professor Lincoln Gordon, este, Subsecretário dos Estados Unidos e Assistente para Assuntos Latino-Americanos, a programação de correção do próprio Plano de Ação Econômica do Governo Brasileiro. Disse muito bem V. Exa. que há toda uma trama, todo um mecanismo, todo um sistema de vasos comunicantes ou, pelo menos, de espíritos comunicantes que nos levam à transferência sistemática e gradativa dos centros de decisões sobre a vida do País para mãos forâneas, mãos alheias ao interesse nacional. Muito obrigado a V. Exa

Tendo essa declaração em vista, fica clara a complexidade de se tratar da temática da internacionalização. Dentro do próprio governo brasileiro houve iniciativas, como a de Roberto Campos, de colaborar com órgãos de governos estrangeiros para a formulação de políticas para o Brasil, ao mesmo tempo em que o governo do qual fazia parte propagava um discurso de combate à internacionalização.

Apesar do caráter autoritário do Regime Militar brasileiro, foi possível o debate em torno da obra dos “Lagos”, tendo se formado uma oposição à constituição desse

¹⁶ Autodescrição da história da *Rand Coporation*: “*Project RAND began after World War II as a special initiative within the Douglas Aircraft Company of Santa Monica, California. The purpose was to continue in peacetime the advances in knowledge that civilian research scientists had been recruited to develop during the war. Early research was conducted for only one client—the U.S. Army Air Forces—and focused exclusively on U.S. national security. In 1948, Project RAND separated from Douglas Aircraft and became the RAND Corporation, an independent, nonprofit organization dedicated to promoting scientific, educational, and charitable purposes for the public welfare. RAND diversified its research focus and for more than six decades has used scientific analysis to help individuals, families, and communities throughout the world be safer, healthier, and more prosperous.*” Disponível em: <<http://www.rand.org/about/glance.html>>

projeto. Como foi demonstrado, a Matriz da Securitização da Amazônia esteve constantemente presente na história brasileira, sendo mais ou menos intensa em determinados governos. A internacionalização da região é uma polêmica ainda presente no século XXI, quando outras variáveis passaram a fazer parte do escopo sociopolítico da região. O entendimento de como esse fenômeno se deu em outros momentos é essencial para percebermos certo padrão repetitivo do governo brasileiro perante a região amazônica e constatarmos que a preocupação com a influência estrangeira na região não é uma novidade.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção internacional do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.41 no.spe, p. 42-65, 1998.

CAMARGO, Felisberto. Natural and human resources of the Amazon. **Revista Brasileira de Política Internacional: Especial Amazônia**. Rio de Janeiro: Ano XI, N.º 41/42, mar/jun 1968. 214p.

CANINAS, Osvaldo Peçanha. **Intervenção Militar por Motivos Ecológicos: Construção Teórica, Legitimidade e Possíveis Desdobramento na Amazônia Brasileira**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos) – Universidade Federal Fluminense.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol.29, no.57, junho 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-882009000100002&script=sci_arttext#nt12>. Acesso em: 06 set. 2011

GONÇALVES, Renato. Perfil Armando Dias Mendes. **Conselho Federal de Economia**. 2006. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=216>. Acesso em: 18 de novembro de 2011.

KAHN, Herman Kahn; PANERO, Robert. New Focus on the Amazon. **Revista Brasileira de Política Internacional: Especial Amazônia**. Rio de Janeiro: Ano XI, n.º 41/42, mar/jun 1968. 214p.

KNORR, K. E. **World rubber and its regulation**. Stanford: Stanford University Press, 1945. p.3, 9.

MARSHALL, Jonathan. **To have and have not: southeast Asian raw materials and the origins of the Pacific War**. Berkeley: University of California Press, 1995. p.1-2

MENDES, Armando Dias Mendes. Amazônia: challenge and contribution. **Revista Brasileira de Política Internacional: Especial Amazônia**. Rio de Janeiro: Ano XI, n.º 41/42, mar/jun 1968. 214p.

ORLANDO VALVERDE. Currículo. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/QuemfoiOrlando_Valverde.pdf> Acesso em 06 set.2011

PANERO, Robert. The South American System of "Great Lakes". **Revista Brasileira de Política Internacional**: Especial Amazônia. Rio de Janeiro: Ano XI, n.º 41/42 , mar/jun 1968. 214p.

PRADO-LOPES, Eudes. A global solution for the Amazon problem. **Revista Brasileira de Política Internacional**: Especial Amazônia. Rio de Janeiro: Ano XI, n.º 41/42 , mar/jun 1968. 214p.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Why Amazônia should be Brazilian? **Revista Brasileira de Política Internacional**: Especial Amazônia. Rio de Janeiro: Ano XI, n.º 41/42 , mar/jun 1968. 214p.

RONDON, General Frederico. The Brazilian Amazonia. Guidelines of planning for regional development. **Revista Brasileira de Política Internacional**: Especial Amazônia. Rio de Janeiro: Ano XI, n.º 41/42 , mar/jun 1968. 214p.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Amazônia: uma Área Pivot para uma Nova Política Brasileira. **Ciclo de Estudos sobre a Amazônia**. Brasília: abril- maio. 2004

SOUZA, Márcio. Afinal, quem é mais moderno nesse país? **Estudos Avançados**. São Paulo.: vol 19. n.º 53. janeiro/abril 2005.

TUTTLE, Jr., William M. "The birth of an industry: the synthetic rubber 'mess' in World War II", **Technology and Culture**, v.22, n.1, Jan. 1981, p.65.

WAEVER, Ole; BUZAN, Barry e WILDE, Jaap de. **Security - A New Framework for Analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.

Documentos:

A NATIONAL SECURITY POLICY FOR THE AMAZON AREA. Paper of the Superior War College. **Revista Brasileira de Política Internacional**: Especial Amazônia. Rio de Janeiro: Ano XI, N.º 41/42 , mar/jun 1968. 214p.

PURCHASE OF LAND AREAS BY FOREIGNS — Report of Congressional Investigating Committee. **Revista Brasileira de Política Internacional**: Especial Amazônia. Rio de Janeiro: Ano XI, N.º 41/42 , mar/jun 1968. 214p.

THE TRUTH ABOUT THE HUDSON INSTITUTE — Report published in the press.
Revista Brasileira de Política Internacional: Especial Amazônia. Rio de Janeiro: Ano XI, N.º 41/42 , mar/jun 1968. 214p.

THE “GREAT AMAZON LAKE” AND THE HUDSON INSTITUTE — Speech in Congress. **Revista Brasileira de Política Internacional:** Especial Amazônia. Rio de Janeiro: Ano XI, N.º 41/42 , mar/jun 1968. 214p.

OUR AMAZON NEIGHBORS — Information prepared for Ambassadors meeting in Manaus. **Revista Brasileira de Política Internacional:** Especial Amazônia. Rio de Janeiro: Ano XI, N.º 41/42 , mar/jun 1968. 214p.

CONNECTION BETWEEN THE AMAZON AND PRATA BASINS — Prof. Maurício Joppert. **Revista Brasileira de Política Internacional:** Especial Amazônia. Rio de Janeiro: Ano XI, N.º 41/42 , mar/jun 1968. 214p.